

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022 REGISTRO DE PREÇOS

A Fundação Estadual de Inovação em Saúde – iNOVA Capixaba, doravante denominada de Fundação iNOVA Capixaba, realizará licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", sob o critério “menor preço por lote”, por meio do site: www.compras.es.gov.br, para contratação de empresa prestadora de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SANEANTES HOSPITALAR, INSUMOS DE HIGIENE DE MÃOS E PAPÉIS SANITÁRIOS**, conforme **Processo nº 2021-4JFN1**, devidamente aprovado pela autoridade competente. O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria iNOVA nº 04/2021, publicada em 01/07/2021, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 1.790-R/2007, do Decreto Estadual nº 2.458-R/2010, bem como pelas demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado, por inserção e monitoramento de dados inseridos no aplicativo “Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA”, no endereço www.compras.es.gov.br, conforme indicado abaixo:

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **09:00 horas do dia 21/02/2022.**

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **08:59 horas do dia 08/03/2022.**

ABERTURA DAS PROPOSTAS: **09:00 horas do dia 08/03/2022.**

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **10:00 horas do dia 08/03/2022.**

1.3 - Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelos do Edital

Anexo III – Exigências de Habilitação

Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto deste Pregão é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SANEANTES HOSPITALAR, INSUMOS DE HIGIENE DE MÃOS E PAPÉIS SANITÁRIOS**, conforme especificações do Anexo I do presente Edital.

2.2 - O recebimento do objeto se dará na forma estabelecida no Anexo I do presente Edital e no instrumento contratual.

3 - DOS ORGÃOS PARTICIPANTES

3.1 - A Fundação iNOVA Capixaba será responsável pelo gerenciamento, orientação e controle do presente sistema de registro de preços.

3.2 - Participam deste certame a Fundação iNOVA Capixaba, bem como as Unidades Hospitalares cuja prestação dos serviços de saúde seja de sua responsabilidade.

3.3 - Fica facultada a adesão de outros órgãos interessados ao presente sistema de registro de preços, durante a sua vigência, desde que autorizado pelo órgão gerenciador e mediante aceitação de fornecimento pelo licitante beneficiário da Ata de Registro de Preços, tudo em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 17 do Decreto Estadual 1.790/2007.

4 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

4.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

4.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Fundação, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

5 - DA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS

5.1 - A estimativa de consumo máximo obedecerá ao disposto no Anexo I.

5.2 - A existência de preços registrados não obrigará a Fundação a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão do orçamento da Fundação iNOVA Capixaba - Matriz e filiais para o exercício de 2022.

7 - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

7.1 - O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para seu acolhimento, conforme indicado neste edital.

8 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

8.1 - O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário fixados para início da disputa.

9 - DA REFERÊNCIA DE TEMPO

9.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

10.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

10.2 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

a) estejam constituídos sob a forma de consórcio;

b) estejam cumprindo a as penalidades previstas no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº. 8.666/93 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, observada a extensão dos efeitos atribuídos pelo ente ou órgão sancionador, se diverso do Espírito Santo;

c) estejam cumprindo a penalidade prevista no art. 87, IV, da Lei 8.666/1993, ainda que impostas por ente federativo diverso do Espírito Santo;

d) estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

d.1) Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada na fase de Habilitação a sentença homologatória do plano de recuperação judicial;

e) não cumpram o disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações.

11 - DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

11.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

11.1.1 - Coordenar o processo licitatório.

11.1.2 - Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração.

11.1.3 - Conduzir a sessão pública na internet.

11.1.4 - Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

11.1.5 - Dirigir a etapa de lances.

11.1.6 - Verificar e julgar as condições de habilitação.

11.1.7 - Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

11.1.8 - Indicar o vencedor do certame.

11.1.9 - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso, sendo que, em havendo recursos, competirá ao ordenador de despesas a adjudicação.

11.1.10 - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio.

11.1.11 - Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES

12.1 - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

12.1.1 - Credenciar-se, previamente, junto ao Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES, por meio do sítio www.compras.es.gov.br, para obtenção da senha de acesso ao sistema eletrônico de compras.

12.1.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos.

12.1.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

12.1.4 - Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, bem como manter endereço atualizado de correio eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

12.1.5 - Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

12.1.6 - Utilizar-se da chave de identificação (login) e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

12.1.7 - Solicitar o cancelamento da chave de identificação (login) ou da senha de acesso por interesse próprio.

12.1.8 - Submeter-se às exigências do Decreto Estadual 2.458/2010, do Decreto

Estadual 2.849-R/2011, da Lei 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/1993, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

12.2 - O fornecedor descredenciado no CRC/ES terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

13 - DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA

13.1 - Os licitantes deverão ser previamente credenciados perante o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio do site www.compras.es.gov.br, para obtenção de acesso ao sistema eletrônico de licitação.

13.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de login e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, identificado pelo status “com certificado”.

13.3 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

13.4 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

13.5 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

13.6 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

14 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão e **somente serão aceitas as impugnações recebidas no horário de 8 às 18 horas, independentemente da forma do envio, se por e-mail, sistema ou se protocolizada diretamente na Fundação.**

14.2 - A impugnação deverá ser feita, de forma motivada, em campo próprio do sistema, podendo ser anexados documentos digitalizados em formato “pdf”, ou protocolizada no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, somente sendo aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo(s) impugnante(s).

14.3 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

14.4 - Caso o pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório,

deverá encaminhar o processo para a autoridade competente – ordenadora da despesa - a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do pregoeiro.

14.5 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

14.6 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço cpl@inovacapixaba.es.gov.br, devendo o pregoeiro prestar o esclarecimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e **somente serão aceitos os pedidos recebidos no horário de 8 às 18 horas.**

14.7 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

15.1 - Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e com o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, considerando no máximo 02 (duas) casas decimais, inclusive na etapa de lances, observando a data e o horário limite para o seu acolhimento, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

15.1.1. No momento de envio de proposta pelo sistema, o licitante deverá preencher o campo “marca”, inserindo qualquer letra, número ou caracteres, desde que essa informação não o identifique, sob pena de ser imediatamente desclassificado.

15.1.2. A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

15.1.3. As propostas deverão indicar expressamente o preço global dos serviços, considerando o prazo de vigência inicial previsto para o contrato.

15.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

15.3 - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com o que restará atendido o disposto no Decreto nº 2.849-R, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

15.4 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação de regência, sem prejuízo da sanção criminal cabível.

15.5 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

15.6 - Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

15.7 – A proposta comercial vencedora deverá ser apresentada no prazo referido no item 18.2, em conformidade com o modelo contido no Anexo II-A do Edital, acompanhada de todos os documentos nele enumerados, observando-se o que se segue, sem prejuízo para as demais instruções constantes deste edital e seus anexos:

15.7.1 - Digitá-la, em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação, aos serviços que vierem a ser contratados, das normas e critérios deste Edital;

15.7.2 - Assinar a proposta na parte final e rubricá-la em todas as suas folhas.

16 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1 - Esta licitação será julgada sob o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

16.2 – Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

16.3 - A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

16.4 - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

16.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, que será ativado a critério do pregoeiro.

16.6 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

16.7 - Classificadas as propostas, considerando-se o critério de menor preço global, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

16.8 - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

16.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

16.10 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

16.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

16.12 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

16.13 - Na fase competitiva do pregão, o intervalo entre os lances enviados obedecerá a seguinte regra:

16.13.1 - O menor lance registrado só poderá ser coberto após o intervalo de 3 (três) segundos;

16.13.2 - Após enviar um lance, o licitante aguardará 20 (vinte) segundos para envio do próximo, independentemente de ser ou não o melhor lance vigente;

16.13.3 - Caso o detentor do menor lance registrado tenha seu preço coberto por outro licitante, ele passa a aguardar 3 (três) segundos para envio de novo lance.

16.13.4 - A regra dos 3 (três) segundos não se aplica aos lances superiores ao menor lance registrado, que observarão a regra do item 16.13.2.

16.13.5 - Os lances enviados em desacordo com os itens anteriores serão descartados automaticamente pelo sistema.

16.13.6 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

16.13.7 - Na hipótese do inciso anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

16.14 - Na fase competitiva da sessão pública, o tempo normal de disputa será encerrado por decisão do Pregoeiro, o que deverá ser comunicado aos licitantes com antecedência mínima de um minuto, iniciando-se, após isso, o tempo aleatório de disputa no sistema.

16.15 - No decurso do tempo aleatório concedido pelo sistema para oferecimento de lances, o sistema eletrônico encerrará, aleatoriamente, dentro de um período de até 30 (trinta) minutos, a recepção de lances, após encerramento do tempo normal pelo pregoeiro.

16.16 - Após o encerramento da etapa aleatória de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

16.17 - Na hipótese de comparecer apenas 01 (um) licitante na sala de disputa, passar-se-á, automaticamente, à fase de contraproposta.

16.18 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

16.19 - Logo após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

16.19.1 - A Fundação declarará no sistema que ocorreu o empate descrito acima e, desde já, convocará a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada para, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, sob pena de decadência de seu direito de preferência, apresentar nova proposta inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame;

16.19.2 - Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances, o pregoeiro deverá informar aos licitantes a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior;

16.19.3 - Exercido o direito de preferência por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada convocada, será esta considerada detentora da melhor proposta no certame, devendo apresentar os documentos exigidos para habilitação, nos termos do presente edital;

16.19.4 - O pregoeiro deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme regras estabelecidas neste edital;

16.19.5 - Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que apresentou a melhor proposta, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas remanescentes, observada a ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência;

16.19.6 - Caso não ocorra a contratação de microempresas, empresa de pequeno porte ou equiparada nos termos dos subitens anteriores, será declarada vencedora a licitante que houver ofertado a proposta originalmente vencedora do certame.

16.20 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

16.21 - Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

17 – DAS AMOSTRAS

17.1 – A Empresa arrematante deverá enviar amostras dos produtos ofertados, conforme item 3.2 do Anexo I do Edital - Termo de Referência, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após convocação do pregoeiro.

17.1.1 – As amostras deverão ser entregues diretamente no Setor de Hotelaria do Hospital Estadual Central - HEC, localizado na Rua São José, nº 76 - Centro - Vitória/ES.

17.2 - As amostras serão avaliadas pela área técnica a fim de verificar a conformidade do produto ofertado com a descrição e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

17.2.1 - A decisão que aceitar ou rejeitar a amostra será formalizada por despacho fundamentado e constará nos autos.

17.3 - Quando enviadas por via postal, o prazo de entrega será considerado a data de postagem das amostras.

18 - DO PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO

18.1 - Encerrada a etapa de lances e negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado, a sua exequibilidade e adequação do objeto e, depois, solicitará a apresentação da Proposta Comercial e seus anexos (Anexo II.A) e dos Documentos de Habilitação (Anexo III).

18.2 - A Proposta Comercial e seus anexos e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior à convocação feita pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, facultando-se o envio por e-mail em formato "PDF" (cpl@inovacapixaba.es.gov.br).

18.2.1 - Quando a Proposta Comercial e seus anexos e os Documentos de Habilitação forem remetidos por meio eletrônico (e-mail), o Pregoeiro poderá, se entender necessário, solicitar a apresentação na forma original ou por cópia autenticada, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior à convocação feita no sistema eletrônico e por e-mail.

18.2.2 - Quando realizado o envio por correio, deverá ser utilizado o SEDEX, com REGISTRO e, se solicitado, deverá o licitante fornecer o código para rastreamento, sendo que, exclusivamente se atendidas estas condições, o prazo de entrega será considerado atendido na data de postagem dos documentos.

18.2.3 - No caso de contratação em que se exija a apresentação de planilhas de composição de preços, o Pregoeiro poderá, se entender necessário, solicitar sejam encaminhadas também por e-mail, em arquivo em formato editável, no mesmo prazo fixado para a Proposta Comercial, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

18.3 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

(a) Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES (<https://www.siga.es.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/tabbasicas/FornecedoresSancionadosPageList.jsp?opcao=todos>).

(b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://transparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>).

18.3.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

18.3.2 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

18.4 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

18.5 - A habilitação do licitante que se declarar cadastrado no CRC/ES, no que tange exclusivamente aos documentos por ele abrangidos, será verificada por meio de consulta efetuada pelo Pregoeiro. O registro no CRC/ES não dispensa o licitante de encaminhar nos mesmos prazos os documentos não compreendidos no referido cadastro, ou que já estiverem vencidos.

18.6 - Em se tratando de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para fins de formalização da contratação, mas o licitante deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de tal comprovação, mesmo que esta apresente alguma restrição, observadas as regras do Anexo III.

18.6.1 - O motivo da irregularidade fiscal e trabalhista pendente, quando for o caso, deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

18.7 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

18.8 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e

assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

18.9 - Nas hipóteses previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

19 - DOS RECURSOS E DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA

19.1 - No mínimo, com vinte e quatro horas de antecedência, o Pregoeiro deverá comunicar aos licitantes, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada, e por e-mail, data e hora em que declarará o vencedor do certame.

19.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

19.2.1 Para fins do disposto acima, considera-se prazo de três dias úteis para apresentação das razões de recurso e das contrarrazões aqueles que forem entregues no horário de expediente da Fundação, qual seja: de 8 às 18 horas, independentemente da forma do envio, se por e-mail, sistema ou se protocolizada diretamente na Fundação.

19.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

19.4 - Para efeito do disposto no item anterior, manifestação imediata é aquela efetuada via eletrônica - internet -, no período máximo de 30 (trinta) minutos após o pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação; e manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer.

19.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.6 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.7 - Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, registrados em campo próprio e anexados documentos digitalizados em formato "pdf", Somente serão aceitas razões assinadas pelos recorrentes.

19.8 - Todos os atos praticados durante a sessão pública deverão ser registrados em ata.

19.9 - A minuta da ata da sessão pública será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o seu encerramento. A versão definitiva da ata será disponibilizada após a adjudicação do certame.

20 - DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR A ATA

20.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

20.2 - Após a homologação referida no item anterior, o adjudicatário de cada lote será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

20.3 - A Fundação poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

20.4 - Para a formalização da Ata de Registro de Preços e das contratações posteriores, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da ata.

21 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 10.520/2002, o licitante ou adjudicatário que:

21.1.1 - Não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2 - Não retirar o instrumento que substitui o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos;

21.1.4 - Apresentar documento falso;

21.1.5 - Ensejar o retardamento da licitação;

21.1.6 - Não manter a proposta;

21.1.7 - Cometer fraude fiscal; ou

21.1.8 - Comportar-se de modo inidôneo.

21.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-E ao 337-P, do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

21.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

21.3.1 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

21.3.2 - Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual e descredenciamento no CRC/ES, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme o art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

21.4 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

21.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal o disposto no termo de contrato ou no termo de referência quanto ao procedimento e outras condições.

21.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no termo de contrato ou no termo de referência.

22 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 O preço máximo admitido para o presente processo licitatório é de:

Lote 001- R\$ 888.075,00 (oitocentos e oitenta e oito mil, setenta e cinco reais);

Lote 002 - R\$ 257.760,00 (duzentos e cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta reais);

Lote 003 - R\$ 269.985,00 (duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais);

Lote 004 - R\$ 210.670,00 (duzentos e dez mil, seiscentos e setenta reais);

Lote 005 - R\$ 398.400,00 (trezentos e noventa e oito mil e quatrocentos reais);

20.1.1 - O preço unitário máximo admitido para os itens dos Lotes supramencionados é de:

| LOTE 1 | | | | | | |
|--------|----------------|---|-----------------|------------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| Item | Código no SIGA | Especificações do objeto no SIGA | Unidade no SIGA | Quantidade (ref. SIGA) | Valor Unitário máximo admitido | Valor Total máximo admitido |
| 1 | 243101 | DESINFETANTE GERMICIDA HOSPITALAR; COMPOSICAO: TEM COMO PRINCIPIO ATIVO A BIGUANIDA POLIMERICA PHMB (1600PPM), ASSOCIADA A UM QUATERNARIO DE AMONIO DE QUINTA GERACAO (2400PPM); ASPECTO: LIQUIDO DILUIDO PRONTO PARA USO; FRAGANCIA: SEM FRAGANCIA; PH DE 9,0 A 10,0; ROTULAGEM: DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, PROCEDENCIA, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; EMBALAGEM: ASSEPTICA; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM FRASCO DE 1L COM BORRIFADOR. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR LAUDOS COMPROVANDO A SUA ATIVIDADE BACTERICIDA FRENTE AOS MICRO-ORGANISMOS BACILLUS SUBTILIS, CLOSTRITRIDIIUM SPOROGENES, MYCOBACTERIUM SMEGMATIS, CANDIDA ALBICANS, TRICOPHYTON MENTAGROPHYTES, MRSA 895 (STAPHYLOCOCCUS AUREUS RESISTENTE A METICILINA),VRE 684225 (ENTEROCOCCUS RESISTENTE A VANCOMICINA), PCC 163 (ACINETOBACTER BAUMANNII MULTIRRESISTENTE), KPC EB3784 | FRASCO 1L | 700 | R\$ 58,75 | R\$ 41.125,00 |

| | | | | | | |
|---|--------|--|-----------------|-------|------------|-----------------------|
| | | (KLEBSIELLA PNEUMONIAE RESISTENTE A CARBAPENEMOS), ESCHERICHIA COLI (ATCC 10536), SALMONELLA CHOLERAESUIS, PSEUDOMONAS AERUGINOSA, STAPHYLOCOCCUS AUREUS E LAUDOS COMPROVANDO A AUSENCIA DE IRRITACAO OCULAR, CUTANEA E TOXICIDADE ORAL, ALEM DE APRESENTAR TESTES DE ATAQUE QUIMICO EM TELAS E MONITORES ENTRE OUTROS MATERIAIS. | | | | |
| 2 | 251924 | DESINFETANTE GERMICIDA HOSPITALAR; COMPOSICAO: TEM COMO PRINCIPIO ATIVO A BIGUANIDA POLIMERICA PHMB (1600PPM), ASSOCIADA A UM QUATERNARIO DE AMONIO DE QUINTA GERACAO (2400PPM); ASPECTO: LIQUIDO DILUIDO PRONTO PARA USO; FRAGANCIA: SEM FRAGANCIA; PH DE 9,0 A 10,0; ROTULAGEM: DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, PROCEDENCIA, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; EMBALAGEM: ASSEPTICA; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM FRASCO DE 5L COM BORRIFADOR. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR LAUDOS COMPROVANDO A SUA ATIVIDADE BACTERICIDA FRENTE AOS MICRO-ORGANISMOS BACILLUS SUBTILIS, CLOSTRITRIDIIUM SPOROGENES, MYCOBACTERIUM SMEGMATIS, CANDIDA ALBICANS, TRICOPHYTON MENTAGROPHYTES, MRSA 895 (STAPHYLOCOCCUS AUREUS RESISTENTE A METICILINA), VRE 684225 (ENTEROCOCCUS RESISTENTE A VANCOMICINA), PCC 163 (ACINETOBACTER BAUMANNII MULTIRRESISTENTE), KPC EB3784 (KLEBSIELLA PNEUMONIAE RESISTENTE A CARBAPENEMOS), ESCHERICHIA COLI (ATCC 10536), SALMONELLA CHOLERAESUIS, PSEUDOMONAS AERUGINOSA, STAPHYLOCOCCUS AUREUS E LAUDOS COMPROVANDO A AUSENCIA DE IRRITACAO OCULAR, CUTANEA E TOXICIDADE ORAL, ALEM DE APRESENTAR TESTES DE ATAQUE QUIMICO EM TELAS E MONITORES ENTRE OUTROS MATERIAIS. | FRASCO 5 LITROS | 1.500 | R\$ 350,30 | R\$ 525.450,00 |
| 3 | 254562 | DESINFETANTE A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO COM ALTA CONCENTRACAO DE ATIVOS (2% - 5% DE CLORO ATIVO), PH (PURO) 12,5 - 13,5, APARÊNCIA LÍQUIDO VISCOSO, ODOR CARACTERÍSTICO DE CLORO, COMPOSICAO: DISSILICATO DE SÓDIO, HIDROXIDO DE SÓDIO, HIPOCLORITO DE SÓDIO. APLICACAO: DESINFECACAO DE PISOS, SUPERFÍCIES FICAS E ARTIGOS NAO CRITICOS EM ÁREAS HOSPITALARES; UNIDADE DE FORNECIEMTNO: GALAO 05 LITROS | GALÃO 5L | 5.000 | R\$ 64,30 | R\$ 321.500,00 |
| VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 1 (ITEM 1 + ITEM 2 + ITEM 3) | | | | | | R\$ 888.075,00 |

| LOTE 2 | | | | | | |
|--|----------------|---|-----------------|------------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| Item | Código no SIGA | Especificações do objeto no SIGA | Unidade no SIGA | Quantidade (ref. SIGA) | Valor Unitário máximo admitido | Valor Total máximo admitido |
| 1 | 139748 | CERA PISO; TIPO: ALTO BRILHO; ASPECTO: LIQUIDA; COR: INCOLOR; APLICACAO: PISO EMBORRACHADO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: GALAO DE 5 L | UNIDADE | 1.000 | R\$ 95,25 | R\$ 95.250,00 |
| 2 | 78254 | REMOVEDOR CERA; APRESENTACAO/VOLUME: 5 L; APLICACAO: PISOS FRIOS; EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE/IMPORTADOR, CONDICOOES DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUCOES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: GALAO | GALÃO | 1.500 | R\$ 108,34 | R\$ 162.510,00 |
| VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 2 (ITEM 1 + ITEM 2) | | | | | | R\$ 257.760,00 |

| LOTE 3 | | | | | | |
|--------|----------------|--|--------------------|------------------------|----------------|----------------|
| Item | Código no SIGA | Especificações do objeto no SIGA | Unidade no SIGA | Quantidade (ref. SIGA) | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | 24580 | DETERGENTE; ASPECTO: LIQUIDO CONCENTRADO; FUNCAO ADICIONAL: DESENGORDURANTE; FORMULACAO: BIODEGRADAVEL, TENSOATIVO OLEOS VEGETAIS; NIVEL PH: | EMBALAGEM 5 LITROS | 2.000 | R\$ 54,19 | R\$ 108.380,00 |

| | | | | | | |
|--|-------|--|-----------|-----|------------|-----------------------|
| | | NEUTRO; ACONDICIONAMENTO: FRASCO 5 L; UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM 5 LITROS | | | | |
| 2 | 58702 | DETERGENTE ALCALINO; APLICACAO: LIMPEZA EQUIPAMENTOS/VIDRARIA LABORATORIO; COMPOSICAO: AGENTES CLORADOS, FOSFATOS, POLIFOSFATOS, TENSOATIVOS ANIONICOS E NAO ANIONICOS SURFACTANTES; ASPECTO: LIQUIDO; CONCENTRACAO: 2 %; ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE / IMPORTADOR, CONDICoes DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUCoes; EMBALAGEM: ACONDICIONAMENTO EM EMBALAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; CARACTERISTICAS FISICO-QUIMICA: LIQUIDO AMARELADO ESPUMANTE COM ODOR CARACTERISTICO; LEGISLACAO: EM ACORDO COM LEGISLACAO ATUAL VIGENTE; UNIDADE DE FORNECIMENTO: GALAO 20 L | GALÃO 20L | 500 | R\$ 323,21 | R\$ 161.605,00 |
| VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 3 (ITEM 1 + ITEM 2) | | | | | | R\$ 269.985,00 |

| LOTE 4 | | | | | | |
|--|----------------|--|-----------------|------------------------|----------------|-----------------------|
| Item | Código no SIGA | Especificações do objeto no SIGA | Unidade no SIGA | Quantidade (ref. SIGA) | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | 248355 | ALCOOL ETILICO A 70%, FORMA ESPUMA; ANTI-SEPTICO PARA HIGIENIZACAO DAS MAOS; NAO TOXICO; SEM ENXAGUE; COMPOSICAO: ALCOOL ETILICO A 70%, COM AGENTES UMECTANTES E EMOLIENTES PARA SUA HIDRATAcao; EM EMBALAGEM ASSEPTICAMENTE SELADA E LACRADA; ACONDICIONAMENTO: REFIL COM CAPACIDADE MINIMA DE 800ML ATE MAXIMA DE 1500 ML, COM VALVULA DOSADORA ANTIVAZAMENTO E ENTUPIMENTO; DESCARTAVEL; UM UNICO ACIONAMENTO DEVERA SER SUFICIENTE PARA REALIZAR A HIGIENIZACAO DAS MAOS;COM DOSADOR MANUAL QUE PERMITE REGULAR O VOLUME DISPENSADO EM ESPUMA; DEVE APRESENTAR CHEIRO CARACTERISTICO, SER TRANSPARENTE, NEUTRO, EMBALAGEM DEVE CONTER DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; COM TESTES COMPROVANDO NAO IRRITABILIDADE/CORROSAO CUTANEA; COM ATIVIDADE BACTERIANA COMPROVADA POR TESTE DE LABORATORIO IN VITRO OU IN VIVO, ATENDENDO A NOTA TECNICA Nº01/2018 GVIMS/GGTES/ANVISA E A RDC Nº42/2010. USO EM DISPENSER COM SISTEMA DE MONITORAMENTO DE ADESAO AS PRATICAS DE HIGIENE DAS MAOS ACOPLADO, QUE DEVERA SER FORNECIDO COMO COMODATO UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO. | MILILITRO | 3.500.000 | R\$ 0,05 | R\$ 175.000,00 |
| 2 | 172557 | SABONETE; ASPECTO FISICO: LIQUIDO PEROLIZADO; APLICACAO: LAVAGEM DAS MAOS; USO: HOSPITALAR; FRAGANCIA: NEUTRA; EMBALAGEM: REFIL COM 800 ML COM BICO DOSADOR; REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; VALIDADE: 24 MESES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: REFIL. | REFIL | 3.000 | R\$ 11,89 | R\$ 35.670,00 |
| VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 4 (ITEM 1 + ITEM 2) | | | | | | R\$ 210.670,00 |

| LOTE 5 | | | | | | |
|--------|----------------|--|-----------------|------------------------|----------------|----------------|
| Item | Código no SIGA | Especificações do objeto no SIGA | Unidade no SIGA | Quantidade (ref. SIGA) | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | 247536 | PAPEL TOALHA; ROLO PARA DISPENSERS - FOLHA SIMPLES, COR: BRANCA, TIPO ESTRIADA OU LISA, FABRICADO COM 100% FIBRAS VIRGENS DE CELULOSE, COM ALTA ABSORCAO, GRAMATURA ENTRE 22 ~ 34,0 G/M², DIMENSOES APROXIMADAS DA FOLHA: 20 CM X 200 M. FICHA TECNICA: APRESENTAR LAUDOS MICROBIOLÓGICOS, CERTIFICADO DE IRRITACAO CUTANEA PRIMARIA E OBEDECER TODAS ÀS EXIGENCIAS, PORTARIAS E DECRETOS DA ANVISA E SER REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADO AMBIENTAL FSC. | UNIDADE | 20.000 | R\$ 15,12 | R\$ 302.400,00 |

| | | | | | | |
|--|--------|--|------|--------|----------|-----------------------|
| 2 | 234989 | PAPEL HIGIÊNICO EM ROLO PARA DISPENSERS: FOLHA DUPLA; FABRICADO COM 100% FIBRAS VIRGENS DE CELULOSE, HIDROSSOLUVEL E BIODEGRADÁVEL, EXTRA MACIO E ABSORVENTE, COM ALTA RENTABILIDADE, LAUDO MICROBIOLÓGICO, CERTIFICADO DE IRRITAÇÃO CUTÂNEA PRIMÁRIA, GRAMATURA ENTRE 21 A 31,0 G/M ² ; DIMENSOES APROXIMADA DA FOLHA: 10 CM X 300M; FICHA TECNICA: APRESENTAR LAUDOS MICROBIOLÓGICOS, OBEDECENDO TODAS AS EXIGÊNCIAS, PORTARIAS E DECRETOS DA ANVISA E SER REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADO AMBIENTAL FSC. ROLOS DE NO MÍNIMO 250 METROS CADA. OS ROLOS DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADOS EM CAIXA. | ROLO | 10.000 | R\$ 9,60 | R\$ 96.000,00 |
| VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 5 (ITEM 1 + ITEM 2) | | | | | | R\$ 398.400,00 |

22.2 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.3 Ao apresentar a proposta, o licitante assume que está fazendo isso de forma absolutamente independente e que, acaso se apresente, em qualquer momento, a formação de cartel ou qualquer conluio, a Fundação adotará os meios necessários para as devidas averiguações e as respectivas sanções.

22.4 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a criação de exigência não prevista neste edital.

21.5 Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

22.6 Em caso de dúvida quanto à autenticidade de assinatura constante em documento apresentado por licitante, poder-se-á diligenciar no intuito de saná-la, inclusive concedendo prazo para o reconhecimento de firma.

22.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.8 Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do pregoeiro.

22.9 Em se tratando de licitação cujo objeto esteja agrupado em lotes, é possível e lícita a adjudicação e homologação da licitação, por lote, ainda que o sistema eletrônico adotado pela Fundação não esteja adequado para tanto, devendo constar despacho fundamentado no respectivo processo administrativo, atestada a inexistência de recurso pendente de apreciação.

22.9.1 Adjudicado o objeto e homologado o certame por lote, o Pregoeiro deverá

providenciar a publicação do resultado da licitação quanto ao respectivo lote e, no momento oportuno, atualizar as informações no sistema eletrônico.

22.10 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Fundação, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.11 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

22.12 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

22.13 A participação do licitante nesta licitação, implica aceitação de todos os termos deste Edital.

22.14 Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário do certame, por despacho motivado, se, após a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

22.15 A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.16 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do ajuste.

22.17 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Vila Velha, ES, 17 de fevereiro de 2022.

Renata Bacchetti Vicentini
Pregoeira
Fundação iNOVA Capixaba

ANEXO I DO EDITAL TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SANEANTES HOSPITALAR, INSUMOS DE HIGIENE DE MÃOS E PAPÉIS SANITÁRIOS

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO/ESPECIFICAÇÕES

Constitui objeto deste termo de referência compor o Edital de Pregão para Registro de Preços com vistas a **Aquisição de Saneantes Hospitalares, Insumos de Higiene de Mãos e Papéis Sanitários** em atendimento das demandas do Hospital Estadual Central “Benício Tavares Pereira” – HEC, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes deste termo de referência.

1.1. QUADRO REFERENTE ÀS ESPECIFICAÇÕES (vide quadro):

| Especificações do Lote 1 | | | | | | | |
|--------------------------|----------------|---|-----------------|------------------------|----------------|-------------|------------------|
| Item | Código no SIGA | Especificações do objeto no SIGA | Unidade no SIGA | Quantidade (ref. SIGA) | Valor Unitário | Valor Total | Referência no MV |
| 1 | 243101 | DESINFETANTE GERMICIDA HOSPITALAR; COMPOSICAO: TEM COMO PRINCIPIO ATIVO A BIGUANIDA POLIMERICA PHMB (1600PPM), ASSOCIADA A UM QUATERNARIO DE AMONIO DE QUINTA GERACAO (2400PPM); ASPECTO: LIQUIDO DILUIDO PRONTO PARA USO; FRAGANCIA: SEM FRAGANCIA; PH DE 9,0 A 10,0; ROTULAGEM: DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, PROCEDENCIA, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; EMBALAGEM: ASSEPTICA; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM FRASCO DE 1L COM BORRIFADOR. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR LAUDOS COMPROVANDO A SUA ATIVIDADE BACTERICIDA FRENTE AOS MICRO-ORGANISMOS BACILLUS SUBTILIS, CLOSTRITRIDIUM SPOROGENES, MYCOBACTERIUM SMEGMATIS, CANDIDA ALBICANS, TRICOPHYTON MENTAGROPHYTES, MRSA 895 (STAPHYLOCOCCUS AUREUS RESISTENTE A METICILINA),VRE 684225 (ENTEROCOCCUS RESISTENTE A VANCOMICINA), PCC 163 (ACINETOBACTER BAUMANNII MULTIRRESISTENTE), KPC EB3784 (KLEBSIELLA PNEUMONIAE RESISTENTE A CARBAPENEMOS), ESCHERICHIA COLI (ATCC 10536), SALMONELLA CHOLERAESUIS,PSEUDOMONAS AERUGINOSA, STAPHYLOCOCCUS AUREUS E LAUDOS COMPROVANDO A AUSENCIA DE IRRITACAO OCULAR, CUTANEA E TOXICIDADE ORAL, ALEM DE APRESENTAR TESTES DE ATAQUE QUIMICO EM TELAS E MONITORES ENTRE OUTROS MATERIAIS. | FRASCO 1L | 700 | | | 24964 |
| 2 | 251924 | DESINFETANTE GERMICIDA HOSPITALAR; COMPOSICAO: TEM COMO PRINCIPIO ATIVO A BIGUANIDA POLIMERICA PHMB (1600PPM), ASSOCIADA A UM QUATERNARIO DE AMONIO DE QUINTA GERACAO (2400PPM); ASPECTO: LIQUIDO DILUIDO PRONTO PARA USO; FRAGANCIA: SEM FRAGANCIA; PH DE 9,0 A 10,0; ROTULAGEM: DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, PROCEDENCIA, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; EMBALAGEM: ASSEPTICA; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM FRASCO DE 5L COM BORRIFADOR. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR LAUDOS COMPROVANDO A SUA ATIVIDADE BACTERICIDA | FRASCO 5 LITROS | 1.500 | | | 26807 |

| | | | | | | | |
|----------------------------------|--------|---|----------|-------|--|--|-------|
| | | FRENTE AOS MICRO-ORGANISMOS BACILLUS SUBTILIS, CLOSTRITRIDIUM SPOROGENES, MYCOBACTERIUM SMEGMATIS, CANDIDA ALBICANS, TRICOPHYTON MENTAGROPHYTES, MRSA 895 (STAPHYLOCOCCUS AUREUS RESISTENTE A METICILINA), VRE 684225 (ENTEROCOCCUS RESISTENTE A VANCOMICINA), PCC 163 (ACINETOBACTER BAUMANNII MULTIRRESISTENTE), KPC EB3784 (KLEBSIELLA PNEUMONIAE RESISTENTE A CARBAPENEMOS), ESCHERICHIA COLI (ATCC 10536), SALMONELLA CHOLERAESUIS, PSEUDOMONAS AERUGINOSA, STAPHYLOCOCCUS AUREUS E LAUDOS COMPROVANDO A AUSÊNCIA DE IRRITAÇÃO OCULAR, CUTÂNEA E TOXICIDADE ORAL, ALÉM DE APRESENTAR TESTES DE ATAQUE QUÍMICO EM TELAS E MONITORES ENTRE OUTROS MATERIAIS. | | | | | |
| 3 | 254562 | DESINFETANTE A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO COM ALTA CONCENTRAÇÃO DE ATIVOS (2% - 5% DE CLORO ATIVO), PH (PURO) 12,5 - 13,5, APARÊNCIA LÍQUIDO VISCOSO, ODOR CARACTERÍSTICO DE CLORO, COMPOSIÇÃO: DISSILCATO DE SÓDIO, HÍDROXIDO DE SÓDIO, HIPOCLORITO DE SÓDIO. APLICAÇÃO: DESINFECÇÃO DE PISOS, SUPERFÍCIES FICAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS EM ÁREAS HOSPITALARES; UNIDADE DE FORNECIEMTNO: GALAO 05 LITROS | GALÃO 5L | 5.000 | | | 25956 |
| Valor total mensal | | | | | | | |
| Valor total para 12 meses | | | | | | | |

| Especificações do Lote 2 | | | | | | | |
|----------------------------------|----------------|--|-----------------|------------------------|----------------|-------------|------------------|
| Item | Código no SIGA | Especificações do objeto no SIGA | Unidade no SIGA | Quantidade (ref. SIGA) | Valor Unitário | Valor Total | Referência no MV |
| 1 | 139748 | CERA PISO; TIPO: ALTO BRILHO; ASPECTO: LÍQUIDA; COR: INCOLOR; APLICAÇÃO: PISO EMBORRACHADO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: GALAO DE 5 L | UNIDADE | 1.000 | | | 23905 |
| 2 | 78254 | REMOVEDOR CERA; APRESENTAÇÃO/VOLUME: 5 L; APLICAÇÃO: PISOS FRIOS; EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE / IMPORTADOR, CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUÇÕES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: GALAO | GALÃO | 1.500 | | | 19605 |
| Valor total mensal | | | | | | | |
| Valor total para 12 meses | | | | | | | |

| Especificações do Lote 3 | | | | | | | |
|--------------------------|----------------|---|--------------------|------------------------|----------------|-------------|------------------|
| Item | Código no SIGA | Especificações do objeto no SIGA | Unidade no SIGA | Quantidade (ref. SIGA) | Valor Unitário | Valor Total | Referência no MV |
| 1 | 24580 | DETERGENTE; ASPECTO: LÍQUIDO CONCENTRADO; FUNÇÃO ADICIONAL: DESENGORDURANTE; FORMULAÇÃO: BIODEGRADÁVEL, TENSIOATIVO OLEOS VEGETAIS; NÍVEL PH: | EMBALAGEM 5 LITROS | 2.000 | | | 19604 |

| | | | | | | | |
|----------------------------------|-------|--|-----------|-----|--|--|-------|
| | | NEUTRO; ACONDICIONAMENTO: FRASCO 5 L; UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM 5 LITROS | | | | | |
| 2 | 58702 | DETERGENTE ALCALINO; APLICACAO: LIMPEZA EQUIPAMENTOS/VIDRARIA LABORATORIO; COMPOSICAO: AGENTES CLORADOS, FOSFATOS, POLIFOSFATOS, TENSOATIVOS ANIONICOS E NAO ANIONICOS SURFACTANTES; ASPECTO: LIQUIDO; CONCENTRACAO: 2 %; ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE/IMPORTADOR, CONDICoes DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUcoes; EMBALAGEM: ACONDICIONAMENTO EM EMBALAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; CARACTERISTICAS FISICO-QUIMICA: LIQUIDO AMARELADO ESPUMANTE COM ODOR CARACTERISTICO; LEGISLACAO: EM ACORDO COM LEGISLACAO ATUAL VIGENTE; UNIDADE DE FORNECIMENTO: GALAO 20 L | GALÃO 20L | 500 | | | 21463 |
| Valor total mensal | | | | | | | |
| Valor total para 12 meses | | | | | | | |

| Especificações do Lote 4 | | | | | | | |
|----------------------------------|----------------|--|-----------------|------------------------|----------------|-------------|------------------|
| Item | Código no SIGA | Especificações do objeto no SIGA | Unidade no SIGA | Quantidade (ref. SIGA) | Valor Unitário | Valor Total | Referência no MV |
| 1 | 248355 | ALCOOL ETILICO A 70%, FORMA ESPUMA; ANTI-SEPTICO PARA HIGIENIZACAO DAS MAOS; NAO TOXICO; SEM ENXAGUE; COMPOSICAO: ALCOOL ETILICO A 70%, COM AGENTES UMECTANTES E EMOLIENTES PARA SUA HIDRATAcao; EM EMBALAGEM ASSEPTICAMENTE SELADA E LACRADA; ACONDICIONAMENTO: REFIL COM CAPACIDADE MINIMA DE 800ML ATE MAXIMA DE 1500 ML, COM VALVULA DOSADORA ANTIVAZAMENTO E ENTUPIMENTO; DESCARTAVEL; UM UNICO ACIONAMENTO DEVERA SER SUFICIENTE PARA REALIZAR A HIGIENIZACAO DAS MAOS;COM DOSADOR MANUAL QUE PERMITE REGULAR O VOLUME DISPENSADO EM ESPUMA; DEVE APRESENTAR CHEIRO CARACTERISTICO, SER TRANSPARENTE, NEUTRO, EMBALAGEM DEVE CONTER DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; COM TESTES COMPROVANDO NAO IRRITABILIDADE/CORROSAO CUTANEA; COM ATIVIDADE BACTERIANA COMPROVADA POR TESTE DE LABORATORIO IN VITRO OU IN VIVO, ATENDENDO A NOTA TECNICA Nº01/2018 GVIMS/GGTES/ANVISA E A RDC Nº42/2010. USO EM DISPENSER COM SISTEMA DE MONITORAMENTO DE ADESAO AS PRATICAS DE HIGIENE DAS MAOS ACOPLADO, QUE DEVERA SER FORNECIDO COMO COMODATO UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO. | MILILITRO | 3.500.000 | | | 28463 |
| 2 | 172557 | SABONETE; ASPECTO FISICO: LIQUIDO PEROLIZADO; APLICACAO: LAVAGEM DAS MAOS; USO: HOSPITALAR; FRAGRANCIA: NEUTRA; EMBALAGEM: REFIL COM 800 ML COM BICO DOSADOR; REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; VALIDADE: 24 MESES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: REFIL. | REFIL | 3.000 | | | 15112 |
| Valor total mensal | | | | | | | |
| Valor total para 12 meses | | | | | | | |

| Especificações do Lote 5 | | | | | | | |
|----------------------------------|----------------|--|-----------------|------------------------|----------------|-------------|------------------|
| Item | Código no SIGA | Especificações do objeto no SIGA | Unidade no SIGA | Quantidade (ref. SIGA) | Valor Unitário | Valor Total | Referência no MV |
| 1 | 247536 | PAPEL TOALHA; ROLO PARA DISPENSERS - FOLHA SIMPLES, COR: BRANCA, TIPO ESTRIADA OU LISA, FABRICADO COM 100% FIBRAS VIRGENS DE CELULOSE, COM ALTA ABSORCAO, GRAMATURA ENTRE 22 ~ 34,0 G/M ² , DIMENSOES APROXIMADAS DA FOLHA: 20 CM X 200 M. FICHA TECNICA: APRESENTAR LAUDOS MICROBIOLOGICOS, CERTIFICADO DE IRRITACAO CUTANEA PRIMARIA E OBEDECER TODAS ÀS EXIGENCIAS, PORTARIAS E DECRETOS DA ANVISA E SER REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADO AMBIENTAL FSC. | UNIDADE | 20.000 | | | 27607 |
| 2 | 234989 | PAPEL HIGIÊNICO EM ROLO PARA DISPENSERS: FOLHA DUPLA; FABRICADO COM 100% FIBRAS VIRGENS DE CELULOSE, HIDROSSOLUVEL E BIODEGRADÁVEL, EXTRA MACIO E ABSORVENTE, COM ALTA RENTABILIDADE, LAUDO MICROBIOLÓGICO, CERTIFICADO DE IRRITAÇÃO CUTÂNEA PRIMÁRIA, GRAMATURA ENTRE 21 A 31,0 G/M ² ; DIMENSOES APROXIMADA DA FOLHA: 10 CM X 300M; FICHA TECNICA: APRESENTAR LAUDOS MICROBIOLÓGICOS, OBEDECENDO TODAS AS EXIGÊNCIAS, PORTARIAS E DECRETOS DA ANVISA E SER REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADO AMBIENTAL FSC. ROLOS DE NO MÍNIMO 250 METROS CADA. OS ROLOS DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADOS EM CAIXA. | ROLO | 10.000 | | | 27608 |
| Valor total mensal | | | | | | | |
| Valor total para 12 meses | | | | | | | |

2. JUSTIFICATIVA

2.1. DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA E GERAL

Considerando a necessidade de manter os padrões que garantam a regularização sanitária do Hospital Estadual Central, a prestação de fornecimento dos produtos saneantes, insumos de mão e papéis para fins sanitários se faz necessária para a manutenção diária dos serviços prestados, bem como assistência aos espaços físicos e usuários do HEC, principalmente no que se refere ao cumprimento das normas de controle de infecção hospitalar e outros, o que poderia acarretar no aumento das taxas de morbidade e mortalidade do hospital.

A aquisição do objeto em questão se faz necessário para substituir os contratos sub-rogados e o quantitativo solicitado foi calculado com base no consumo médico mensal extraído do sistema MV com suficiência para os próximos 12 meses.

2.2. DA JUSTIFICATIVA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A pretendida aquisição, em formato de Sistema de Registro de Preços, possibilitará ainda o fornecimento dos suprimentos necessários e atenderá a necessidade real ao pleno atendimento administrativo e assistencial.

A utilização de Sistema de Registros de Preços (SRP), se justifica pelos termos do art. 4º do Decreto Estadual nº 1.790- R/ 2007, descritos a seguir:

[...]

Art. 4º será adotado, preferencialmente, o sistema de registro de preços nas seguintes hipóteses:

I - **Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;**

II - **Quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à administração para desempenho de suas atribuições;**

III - **Quando for conveniente a aquisição de bens ou contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou programas de governo;**

V - **Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.** (grifamos)

Outro ponto que justifica a realização da aquisição por meio do SRP se fundamenta no fato de que compras realizadas por este instrumento são financeiramente mais vantajosas, pois se tem um ganho de escala, uma vez que o SRP agrupa a demanda de vários órgãos e entidades num só processo de compra que tem como preceitos:

- a) Não precisar haver imediatamente dotação orçamentária;
- b) Atender a demandas imprevisíveis;
- c) Reduzir a necessidade de manter grande volume em estoque;
- d) Eliminar o fracionamento de despesas evitando sucessivas aquisições de mesmo objeto ao longo de um mesmo exercício financeiro;
- e) Reduzir o número de licitações;
- f) Primar pelos princípios legais das compras feitas por procedimentos licitatórios;
- g) Adquirir menores custos na realização de licitações;
- h) Promover maior transparência nas aquisições.

3. ENTREGA E EXECUÇÃO

3.1. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1.1 A entrega do objeto deverá ser feita diretamente na sede do Hospital Estadual Central, localizado na Rua São José, nº 76 - Centro - Vitória/ES - CEP: 29.010-430, no setor de Suprimentos de segunda a sexta-feira no horário de 09h00h às 12h00h e das 14h00h às 16h00h, em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

3.1.2 A entrega definitiva deverá ser feita conforme especificações contidas na Autorização de Fornecimento ou empenho do objeto contratado no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos.

3.1.3 A cada entrega deverá ser emitido relatório minucioso do quantitativo entregue, separado por item, data e hora, e deverá conter, também, os nomes e assinaturas, tanto do fiscal que recebeu como do entregador da empresa CONTRATADA.

3.1.4 Todas as entregas e recebimentos devem ser acompanhadas por um representante designado pela CONTRATANTE e da CONTRATADA, bem como os relatórios emitidos devem estar identificados e assinados por eles.

3.1.5 Comunicar à contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

3.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.7 O material a ser entregue, deve estar comprovadamente dentro das especificações das normas técnicas pertinentes (INMETRO, ABNT e etc), em plena validade, observando-se os prazos indicados pelos fabricantes. Não serão aceitos materiais com validade vencida ou com data de fabricação defasada que comprometa a sua plena utilização.

3.1.8 Caso seja detectado alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com o contratado, a contratada deverá regularizar satisfatoriamente no prazo máximo de até 24 (vinte quatro) horas, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas.

3.1.9 Os prestadores de serviços deverão estar devidamente identificados com o nome da empresa, uniformizados (camisa, sapato, calça, crachá, boné), conforme boas práticas possuindo boa conduta e relacionamento no local de entrega.

3.1.10 Qualquer procedimento no fornecimento não poderá interromper o atendimento hospitalar, desta forma a CONTRATADA deverá certificar-se das medidas necessárias para evitar interrupções.

3.1.11 A CONTRATADA deverá fornecer a CONTRATANTE todos os documentos de acordo com as normas e leis das Secretárias Municipais e Estaduais de Saúde, Vigilância Sanitária e do Ministério da Saúde, de forma que garanta a segurança na sua utilização incluindo controle de qualidade em todas as suas etapas, sempre que couber.

3.1.12 A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado:

3.1.12.1 Alvará Sanitário, expedido pelo órgão sanitário estadual, municipal ou do distrito federal da sede da licitante devidamente válido na forma da legislação específica vigente.

3.2. CONDIÇÕES DA ENTREGA OU DA EXECUÇÃO (vide quadro):

| |
|---|
| AMOSTRAS: |
| (X) SIM () NÃO |
| PRAZO: 48 (QUARENTA E OITO) HORAS |
| LOCAL: SETOR DE HOTELARIA DO HOSPITAL ESTADUAL CENTRAL |

| |
|--|
| CONTATO: THAISLANE – (27) 3636-4758 |
| LAUDO TÉCNICO: (X) SIM () NÃO |
| ESPECIFICAR: |
| SANEANTES E INSUMOS DE HIGIENE DE MÃOS: REGISTRO DA ANVISA, FICHA TÉCNICA, FISPQ E LAUDO MICROBIOLÓGICO. |
| PAPÉIS SANITÁRIOS: LAUDO MICROBIOLÓGICO |

3.3. GARANTIA DO OBJETO

(X) APLICA

3.3.1 O produto ou serviço objeto deste Termo de Referência terá garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega ou da prestação do serviço. Incluindo a prestação de serviços de assistência técnica gratuita durante o período de garantia.

() NÃO SE APLICA

3.4. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

() APLICA

3.4.1 O produto ou serviço objeto deste Termo de Referência terá assistência técnica de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega ou da prestação do serviço. Incluindo garantia gratuita durante o período da assistência técnica.

(X) NÃO SE APLICA

4. PAGAMENTO

4.1 A Contratante pagará à Contratada pelo objeto efetivamente adquirido ou pelo serviço efetivamente prestado no mês de referência, após a apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

4.1.1 A Contratada deverá apresentar a nota fiscal ao Contratante até 5º (quinto) dia útil subsequente a prestação de serviço ou entrega do produto, devidamente aceita pelo Contratante.

4.2 O pagamento far-se-á por meio de uma única transferência bancária e será realizado até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal.

4.3 Os pagamentos ficam condicionados ainda à apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, junto com as Notas Fiscais.

4.4 Os pagamentos serão sempre realizados por meio de transferência bancária, devendo a Contratada informar o domicílio bancário na Nota Fiscal.

4.5 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

5. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes deste objeto correrão à conta do orçamento da Fundação iNOVA Capixaba e serão especificadas no tempo da contratação ou emissão da autorização da compra ou do serviço ou instrumento equivalente.

6. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

6.1.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

6.1.2 Entregar o objeto e/ou prestar o serviço em perfeitas condições, de acordo com as condições e prazos e local propostos, conforme especificações.

6.1.3 Manter o objeto ou a prestação do serviço em pleno funcionamento dentro do período da garantia, quando for o caso.

6.1.4 Garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.

6.1.5 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante.

6.1.5.1 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, o objeto com avarias ou defeitos.

6.1.6 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

6.1.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.2 RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

6.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

6.2.2 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

6.2.3 A Fundação não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. CONDIÇÕES DA HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos exigidos.

7.2 REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

7.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

7.2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).

7.2.4 Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

7.2.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

7.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

7.2.7 Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

7.2.8 Prova de inexistência de sanção administrativa, emitida em site próprio do Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES e do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União.

7.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.3.1 Apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência na prestação dos serviços, objeto desta licitação, bem como boa e regular execução dos mesmos. Esse documento deverá ser emitido, em papel timbrado, pelo órgão público ou empresa privada que foi atendida.

7.3.2 A CONTRATADA deverá fornecer a CONTRATANTE todos os de acordo com as normas e leis das Secretárias Municipais e Estaduais de Saúde, Vigilância Sanitária e do Ministério da Saúde, de forma que garanta a segurança na sua utilização incluindo controle de qualidade em todas as suas etapas.

7.3.4 A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado:

Alvará Sanitário, expedido pelo órgão sanitário estadual, municipal ou do distrito federal da sede da licitante devidamente válido na forma da legislação específica vigente.

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1 A fiscalização dos serviços será realizada por preposto designado pela administração da Fundação Estadual de Inovação em Saúde – iNOVA Capixaba, o qual deverá atestar a nota, e será realizada, quando couber, com o apoio técnico da Coordenação de Hotelaria, responsável pela elaboração deste termo, sem o qual não será permitido qualquer pagamento, em conformidade com o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93.

9. GARANTIA DO CONTRATO

() APLICA

9.1 A Contratada deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

(x) NÃO SE APLICA

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e prazos estabelecidos sujeitará a Contratada às penalidades constantes na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sempre assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo próprio, o que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal o disposto neste termo, no contrato quanto ao procedimento e outras condições

10.3 As sanções estão previstas na legislação em vigor e estarão descritas no contrato ou instrumento equivalente.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 A empresa a ser CONTRATADA deverá disponibilizar em regime de comodato os equipamentos necessários para diluição dos saneantes e armazenamento do insumo de mãos e sanitários, a serem dispostos em local especificado pela CONTRATANTE.

11.2 A contratada deverá responsabilizar-se pela entrega, manutenção, calibração e substituição dos equipamentos necessários para diluição dos saneantes e armazenamento do insumo de mãos e sanitários sem ônus e nas quantidades solicitadas pela contratante, levando-se em consideração as condições de uso.

11.3 A contratada deverá responsabilizar-se em apresentar o cronograma mensal de manutenção preventiva dos diluidores para saneantes garantindo a proporção adequada de água e do saneante conforme especificado na Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ).

12. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1 Este Termo de Referência foi elaborado por Thaislayne Silvestre Salles, Coordenadora de Hotelaria.

Vitória/ES, 25 janeiro de 2022.

Thaislayne Silvestre Salles
Coordenadora de Hotelaria
Responsável pela elaboração

ANEXO II DO EDITAL MODELOS DO EDITAL

ANEXO II.A – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À Fundação iNOVA Capixaba

Pelo presente, formulamos nossa Proposta Comercial, de acordo com todas as condições do Termo de Referência, conforme abaixo:

| LOTE 1 | | | | | | |
|--------|----------------|--|-----------------|------------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| Item | Código no SIGA | Especificações do objeto no SIGA | Unidade no SIGA | Quantidade (ref. SIGA) | Valor Unitário máximo admitido | Valor Total máximo admitido |
| 1 | 243101 | DESINFETANTE GERMICIDA HOSPITALAR; COMPOSICAO: TEM COMO PRINCIPIO ATIVO A BIGUANIDA POLIMERICA PHMB (1600PPM), ASSOCIADA A UM QUATERNARIO DE AMONIO DE QUINTA GERACAO (2400PPM); ASPECTO: LIQUIDO DILUIDO PRONTO PARA USO; FRAGANCIA: SEM FRAGANCIA; PH DE 9,0 A 10,0; ROTULAGEM: DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, PROCEDENCIA, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; EMBALAGEM: ASSEPTICA; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM FRASCO DE 1L COM BORRIFADOR. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR LAUDOS COMPROVANDO A SUA ATIVIDADE BACTERICIDA FRENTE AOS MICRO-ORGANISMOS BACILLUS SUBTILIS, CLOSTRITRIDIIUM SPOROGENES, MYCOBACTERIUM SMEGMATIS, CANDIDA ALBICANS, TRICOPHYTON MENTAGROPHYTES, MRSA 895 (STAPHYLOCOCCUS AUREUS RESISTENTE A METICILINA),VRE 684225 (ENTEROCOCCUS RESISTENTE A VANCOMICINA), PCC 163 (ACINETOBACTER BAUMANNII MULTIRRESISTENTE), KPC EB3784 (KLEBSIELLA PNEUMONIAE RESISTENTE A CARBAPENEMOS), ESCHERICHIA COLI (ATCC 10536), SALMONELLA CHOLERAESUIS,PSEUDOMONAS AERUGINOSA, STAPHYLOCOCCUS AUREUS E LAUDOS COMPROVANDO A AUSENCIA DE IRRITACAO OCULAR, CUTANEA E TOXICIDADE ORAL, ALEM DE APRESENTAR TESTES DE ATAQUE QUIMICO EM TELAS E MONITORES ENTRE OUTROS MATERIAIS. | FRASCO 1L | 700 | | |
| 2 | 251924 | DESINFETANTE GERMICIDA HOSPITALAR; COMPOSICAO: TEM COMO PRINCIPIO ATIVO A BIGUANIDA POLIMERICA PHMB (1600PPM), ASSOCIADA A UM QUATERNARIO DE AMONIO DE QUINTA GERACAO (2400PPM); ASPECTO: LIQUIDO DILUIDO PRONTO PARA USO; FRAGANCIA: SEM FRAGANCIA; PH DE 9,0 A 10,0; ROTULAGEM: DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, PROCEDENCIA, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; EMBALAGEM: ASSEPTICA; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM FRASCO DE 5L COM BORRIFADOR. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR LAUDOS COMPROVANDO A SUA ATIVIDADE BACTERICIDA FRENTE AOS MICRO-ORGANISMOS BACILLUS SUBTILIS, CLOSTRITRIDIIUM SPOROGENES, MYCOBACTERIUM SMEGMATIS, CANDIDA ALBICANS, TRICOPHYTON MENTAGROPHYTES, MRSA 895 (STAPHYLOCOCCUS AUREUS RESISTENTE A METICILINA),VRE 684225 (ENTEROCOCCUS RESISTENTE A VANCOMICINA), PCC 163 (ACINETOBACTER BAUMANNII MULTIRRESISTENTE), KPC EB3784 (KLEBSIELLA PNEUMONIAE RESISTENTE A CARBAPENEMOS), ESCHERICHIA COLI (ATCC 10536), SALMONELLA CHOLERAESUIS, | FRASCO 5 LITROS | 1.500 | | |

| | | | | | | |
|---|--------|--|----------|-------|--|--|
| | | PSEUDOMONAS AERUGINOSA, STAPHYLOCOCCUS AUREUS E LAUDOS COMPROVANDO A AUSENCIA DE IRRITACAO OCULAR, CUTANEA E TOXICIDADE ORAL, ALEM DE APRESENTAR TESTES DE ATAQUE QUIMICO EM TELAS E MONITORES ENTRE OUTROS MATERIAIS. | | | | |
| 3 | 254562 | DESINFETANTE A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO COM ALTA CONCENTRACAO DE ATIVOS (2% - 5% DE CLORO ATIVO), PH (PURO)12,5 - 13,5, APARÊNCIA LÍQUIDO VISCOSO, ODOR CARACTERÍSTICO DE CLORO, COMPOSICAO: DISSILICATO DE SÓDIO, HIDROXIDO DE SÓDIO, HIPOCLORITO DE SÓDIO. APLICACAO: DESINFECCAO DE PISOS, SUPERFÍCIES FICAS E ARTIGOS NAO CRITICOS EM ÁREAS HOSPITALARES; UNIDADE DE FORNECIEMTNO: GALAO 05 LITROS | GALÃO 5L | 5.000 | | |
| VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 1 (ITEM 1 + ITEM 2 + ITEM 3) | | | | | | |

| LOTE 2 | | | | | | |
|--|----------------|--|-----------------|------------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| Item | Código no SIGA | Especificações do objeto no SIGA | Unidade no SIGA | Quantidade (ref. SIGA) | Valor Unitário máximo admitido | Valor Total máximo admitido |
| 1 | 139748 | CERA PISO; TIPO: ALTO BRILHO; ASPECTO: LIQUIDA; COR: INCOLOR; APLICACAO: PISO EMBORRACHADO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: GALAO DE 5 L | UNIDADE | 1.000 | | |
| 2 | 78254 | REMOVEDOR CERA; APRESENTACAO/VOLUME: 5 L; APLICACAO: PISOS FRIOS; EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE/IMPORTADOR, CONDICoes DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUCOES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: GALAO | GALÃO | 1.500 | | |
| VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 2 (ITEM 1 + ITEM 2) | | | | | | |

| LOTE 3 | | | | | | |
|--|----------------|--|--------------------|------------------------|----------------|-------------|
| Item | Código no SIGA | Especificações do objeto no SIGA | Unidade no SIGA | Quantidade (ref. SIGA) | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | 24580 | DETERGENTE; ASPECTO: LIQUIDO CONCENTRADO; FUNCAO ADICIONAL: DESENGORDURANTE; FORMULACAO: BIODEGRADAVEL, TENSOATIVO OLEOS VEGETAIS; NIVEL PH: NEUTRO; ACONDICIONAMENTO: FRASCO 5 L; UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM 5 LITROS | EMBALAGEM 5 LITROS | 2.000 | | |
| 2 | 58702 | DETERGENTE ALCALINO; APLICACAO: LIMPEZA EQUIPAMENTOS/VIDRARIA LABORATORIO; COMPOSICAO: AGENTES CLORADOS, FOSFATOS, POLIFOSFATOS, TENSOATIVOS ANIONICOS E NAO ANIONICOS SURFACTANTES; ASPECTO: LIQUIDO; CONCENTRACAO: 2 %; ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE / IMPORTADOR, CONDICoes DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUCOES; EMBALAGEM: ACONDICIONAMENTO EM EMBALAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; CARACTERISTICAS FISICO-QUIMICA: LIQUIDO AMARELADO ESPUMANTE COM ODOR CARACTERISTICO; LEGISLACAO: EM ACORDO COM LEGISLACAO ATUAL VIGENTE; UNIDADE DE FORNECIMENTO: GALAO 20 L | GALÃO 20L | 500 | | |
| VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 3 (ITEM 1 + ITEM 2) | | | | | | |

| LOTE 4 | | | | | | |
|--|----------------|---|-----------------|------------------------|----------------|-------------|
| Item | Código no SIGA | Especificações do objeto no SIGA | Unidade no SIGA | Quantidade (ref. SIGA) | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | 248355 | ALCOOL ETILICO A 70%, FORMA ESPUMA; ANTI-SEPTICO PARA HIGIENIZACAO DAS MAOS; NAO TOXICO; SEM ENXAGUE; COMPOSICAO: ALCOOL ETILICO A 70%, COM AGENTES UMECTANTES E EMOLIENTES PARA SUA HIDRATAÇÃO; EM EMBALAGEM ASSEPTICAMENTE SELADA E LACRADA; ACONDICIONAMENTO: REFIL COM CAPACIDADE MINIMA DE 800ML ATE MAXIMA DE 1500 ML, COM VALVULA DOSADORA ANTIVAZAMENTO E ENTUPIMENTO; DESCARTAVEL; UM UNICO ACIONAMENTO DEVERA SER SUFICIENTE PARA REALIZAR A HIGIENIZACAO DAS MAOS; COM DOSADOR MANUAL QUE PERMITE REGULAR O VOLUME DISPENSADO EM ESPUMA; DEVE APRESENTAR CHEIRO CARACTERISTICO, SER TRANSPARENTE, NEUTRO, EMBALAGEM DEVE CONTER DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; COM TESTES COMPROVANDO NAO IRRITABILIDADE/CORROSAO CUTANEA; COM ATIVIDADE BACTERIANA COMPROVADA POR TESTE DE LABORATORIO IN VITRO OU IN VIVO, ATENDENDO A NOTA TECNICA Nº01/2018 GVIMS/GGTES/ANVISA E A RDC Nº42/2010. USO EM DISPENSER COM SISTEMA DE MONITORAMENTO DE ADESAO AS PRATICAS DE HIGIENE DAS MAOS ACOPLADO, QUE DEVERA SER FORNECIDO COMO COMODATO UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO. | MILILITRO | 3.500.000 | | |
| 2 | 172557 | SABONETE; ASPECTO FISICO: LIQUIDO PEROLIZADO; APLICACAO: LAVAGEM DAS MAOS; USO: HOSPITALAR; FRAGANCIA: NEUTRA; EMBALAGEM: REFIL COM 800 ML COM BICO DOSADOR; REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; VALIDADE: 24 MESES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: REFIL. | REFIL | 3.000 | | |
| VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 4 (ITEM 1 + ITEM 2) | | | | | | |

| LOTE 5 | | | | | | |
|--|----------------|--|-----------------|------------------------|----------------|-------------|
| Item | Código no SIGA | Especificações do objeto no SIGA | Unidade no SIGA | Quantidade (ref. SIGA) | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | 247536 | PAPEL TOALHA; ROLO PARA DISPENSERS - FOLHA SIMPLES, COR: BRANCA, TIPO ESTRIADA OU LISA, FABRICADO COM 100% FIBRAS VIRGENS DE CELULOSE, COM ALTA ABSORCAO, GRAMATURA ENTRE 22 ~ 34,0 G/M ² , DIMENSOES APROXIMADAS DA FOLHA: 20 CM X 200 M. FICHA TECNICA: APRESENTAR LAUDOS MICROBIOLÓGICOS, CERTIFICADO DE IRRITACAO CUTANEA PRIMARIA E OBEDECER TODAS ÀS EXIGENCIAS, PORTARIAS E DECRETOS DA ANVISA E SER REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADO AMBIENTAL FSC. | UNIDADE | 20.000 | | |
| 2 | 234989 | PAPEL HIGIÊNICO EM ROLO PARA DISPENSERS: FOLHA DUPLA; FABRICADO COM 100% FIBRAS VIRGENS DE CELULOSE, HIDROSSOLUVEL E BIODEGRADÁVEL, EXTRA MACIO E ABSORVENTE, COM ALTA RENTABILIDADE, LAUDO MICROBIOLÓGICO, CERTIFICADO DE IRRITAÇÃO CUTÂNEA PRIMÁRIA, GRAMATURA ENTRE 21 A 31,0 G/M ² ; DIMENSOES APROXIMADA DA FOLHA: 10 CM X 300M; FICHA TECNICA: APRESENTAR LAUDOS MICROBIOLÓGICOS, OBEDECENDO TODAS AS EXIGÊNCIAS, PORTARIAS E DECRETOS DA ANVISA E SER REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADO AMBIENTAL FSC. ROLOS DE NO MÍNIMO 250 METROS CADA. OS ROLOS DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADOS EM CAIXA. | ROLO | 10.000 | | |
| VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 5 (ITEM 1 + ITEM 2) | | | | | | |

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário e do preço global.

1.2 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade desta proposta é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data limite para seu acolhimento.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

Atenciosamente,

(município), (UF), _____ de _____ de _____

(RESPONSÁVEL PELA EMPRESA - Assinatura e Carimbo)

ANEXO II DO EDITAL MODELOS DO EDITAL

ANEXO II.B – DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

| DADOS DO ASSINANTE | |
|--|----------------|
| NOME: | |
| Nº. DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EMISSOR: | |
| CPF: | |
| CARGO: | NACIONALIDADE: |
| ENDEREÇO COMPLETO: | |
| ESTADO CIVIL: | PROFISSÃO: |
| DADOS PARA CADASTRO DA PESSOA JURÍDICA | |
| NOME COMPLETO: | |
| CNPJ: | |
| ENDEREÇO COMPLETO: | |
| E-MAIL: | |
| TEL.: | FAX: |
| BANCO AGÊNCIA Nº. / DIG.VER. | |
| NÚMERO DA CONTA: | |
| DADOS DO PREPOSTO | |
| NOME COMPLETO: | |
| Nº. DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EMISSOR: | |
| CPF: | NACIONALIDADE: |
| CARGO NA EMPRESA: | |
| ESTADO CIVIL: | PROFISSÃO: |

(município), (UF), _____ de _____ de _____

(RESPONSÁVEL PELA EMPRESA - Assinatura e Carimbo)

**ANEXO II DO EDITAL
MODELOS DO EDITAL**

**ANEXO II.C – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO
INCISO XXXIII DO ART. 7.º DA CF**

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

(município), (UF), _____ de _____ de _____

(RESPONSÁVEL PELA EMPRESA - Assinatura e Carimbo)

ANEXO III DO EDITAL EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se no certame, após a fase de disputa, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por colaborador da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

1.2 Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

2.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

2.3 Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;

2.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

3.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).

3.4 Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

3.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

3.6.1 Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

3.6.2 Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

3.6.2.1 A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;

3.6.2.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

3.6.2.3 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Fundação Pública, ser prorrogado por igual período;

3.6.2.4 Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista, a licitante poderá apresentar à Fundação outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;

3.6.2.5 Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista;

3.6.2.6 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Fundação, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

3.6.2.7 A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Fundação convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 Apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência na prestação dos serviços, objeto desta licitação, bem como boa e regular execução dos mesmos. Esse documento deverá

ser emitido, em papel timbrado, pelo órgão público ou empresa privada que foi atendida.

4.2 A CONTRATADA deverá fornecer a CONTRATANTE todos os documentos de acordo com as normas e leis das Secretárias Municipais e Estaduais de Saúde, Vigilância Sanitária e do Ministério da Saúde, de forma que garanta a segurança na sua utilização incluindo controle de qualidade em todas as suas etapas.

4.3 Alvará Sanitário, expedido pelo órgão sanitário estadual, municipal ou do distrito federal da sede da licitante devidamente válido na forma da legislação específica vigente.

4.4 Apresentação dos laudos técnicos especificados no item 3.2 do Anexo I do Edital – Termo de Referência.

4.5 Apresentar os demais documentos em conformidade com o exigido no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.1 Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

5.2 No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

5.3 Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

6. DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, ART. 7º, DA CF

6.1 Declaração de que inexistente, no quadro funcional da empresa, menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854/1999), conforme modelo constante no Anexo II do Edital.

7. DAS REGRAS RELATIVAS AO CRC/ES

7.1 Os licitantes que desejarem se cadastrar perante o Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo (CRC/ES) deverão seguir as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual 2.394-R/2009 e demais normas complementares.

7.2 Os licitantes cadastrados no CRC/ES poderão deixar de apresentar a documentação exigida nos itens 2 e 3.

7.3 Somente serão dispensados os documentos exigidos no item 3, que se encontrarem dentro do prazo de sua validade.

7.4 Caso algum documento apresentado junto ao CRC/ES já esteja vencido, esse deverá ser apresentado junto ao Pregoeiro para fins de comprovar sua regularidade habilitatória.

7.5 O CRC/ES não exige os interessados de apresentar a documentação relativa à qualificação técnica (item 4) exigida, salvo se previamente encaminhada ao Núcleo de Cadastro e devidamente cadastrada.

7.6 Em todo o caso, fica o licitante - cadastrado ou habilitado parcialmente - obrigado a declarar, sob as penalidades legais, a eventual ocorrência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

7.7 Declarando o licitante que possui cadastro no CRC/ES, competirá ao Pregoeiro verificar a veracidade da afirmação por meio de consulta ao referido Sistema, devendo ser juntados aos autos os comprovantes da consulta.

8. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

8.1 A comprovação da condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá ser apresentada à época da contratação e será feita na forma dos itens seguintes.

8.2 Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

8.2.1 Comprovante de opção pelo Simples obtido no site do Ministério da Fazenda, (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptantes.app/ConsultarOpcao.aspx>) ou do site do SINTEGRA (<http://www.sintegra.gov.br>), desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.

8.2.2 Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

8.3 Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

8.3.1 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da LC 123/06;

8.3.2 - Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, em conformidade com a Instrução Normativa RFB Nº 2004, de 18 de janeiro de 2021 e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE

8.3.3 Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

8.3.3 Cópia do contrato social e suas alterações; e

8.3.4 Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da LC 123/06.

8.4 Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados após a convocação para assinar o contrato, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.

8.5 O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais.

8.6 Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.

8.7 A licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que porventura venha a ser contratada deverá atender ao que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e § 1º e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, comunicando à Receita Federal, sendo o caso, no prazo legal, sua exclusão do Simples Nacional, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas e retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor.

ANEXO IV DO EDITAL MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP

ARP nº ____/2022

Pregão nº ____/2022

Processo nº _____

Pelo presente instrumento, a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DE INOVAÇÃO EM SAÚDE – iNOVA CAPIXABA**, Fundação Pública com Personalidade Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 36.901.264/0001-63, com sede na Avenida Castelo Branco, nº 1.970 – Bairro: Olaria, Vila Velha/ES, Cep. 29.100-590, representada legalmente pelo seu Diretor de Gente, Gestão, Finanças e Compras, **Sr. JORGE TEIXEIRA E SILVA NETO**, CPF nº 841.045.977-91, RG nº 754.709 SSP-ES, e Diretor de Operações, Logística, Tecnologia da Informação e Comunicação, Infraestrutura e Manutenção, **Sr. LEONARDO CEZAR TAVARES**, portador do RG nº 1335673-ES e CPF/MF sob o nº 076.640.197-96, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº _____, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE _____ NOME DO OBJETO _____**.

1.2 Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) Anexo I - Especificação dos preços.
- (b) Anexo II – Termo de Referência.
- (c) Anexo III - Minuta de Ordem de Fornecimento.
- (d) a Proposta Comercial da Contratada.

2. DO PREÇO

2.1 Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 A existência de preços registrados não obrigará a Fundação a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação

direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

3.1.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

3.1.2 Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido.

3.1.3 Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.2.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento.

3.2.2 Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente

da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada.

3.5.3.2 O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da ata.

3.5.3.3 Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada.

3.5.3.4 A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Assessoria Jurídica da iNOVA Capixaba, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 Pela Fundação, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.

4.1.1.2 Não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável.

4.1.1.3 Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado.

4.1.1.4 Incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 O cancelamento do registro de preços por parte da Fundação, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Fundação.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 O pagamento far-se-á por meio de uma única transferência bancária.

5.4 Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da nota fiscal devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo minucioso.

5.6 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Fundação, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I do Edital, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão do orçamento da Fundação iNOVA Capixaba - Matriz e filiais para o exercício de 2022.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

8.3 A Fundação poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente contratante.

8.4 Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Fundação, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 A entrega dos materiais dar-se-á nos termos e prazos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

9.2 Os materiais serão entregues em dias úteis, nos endereços e horários indicados no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

9.3 A Fundação designará colaborador (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.3.1 Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.3.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da

contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1 Os produtos objeto deste Registro de Preços terão garantia nos termos do fabricante.

11. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 Compete à Contratada:

- (a) Entregar os materiais de acordo com as condições e prazos propostos, inclusive quanto à validade/garantia.
- (b) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante.
- (c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993.
- (d) Garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- (e) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.
- (f) Cumprir todos os requisitos constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência

11.2 Compete à Contratante:

- (a) Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste instrumento.
- (b) Definir o local para entrega dos materiais adquiridos.
- (c) Designar colaborador (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

12.1.1 Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado.

12.1.2 Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato.

12.1.3 A aplicação da multa de mora não impede que a Fundação rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste instrumento e na Lei 8.666/1993.

12.2 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes

sanções ao licitante contratado:

(a) Advertência.

(b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular.

(c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Fundação, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93.

(d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010.

(e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

12.2.1 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”; “d” e “e” deste item não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

12.2.4 Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia.

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da

intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8666/1993.

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993.

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Assessoria Jurídica da iNOVA.

12.4 Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Fundação poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

12.5 Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

12.6 Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à Fundação na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

13. DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

13.1 Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2 Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Fundação decidir sobre iniciar

ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5 Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

14. DA RESCISÃO

14.1 A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

15. DOS ADITAMENTOS

15.1 A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Assessoria Jurídica da iNOVA.

16. DOS RECURSOS

16.1 Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei 8.666/1993.

17. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1 A execução do contrato será acompanhada por colaborador ou comissão designada pela Fundação iNOVA Capixaba, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste instrumento, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

18. DO FORO

18.1 Fica eleito o foro de Vila Velha, município do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

(Local), ____ de _____ de _____.

ÓRGÃO GERENCIADOR

ÓRGÃO PARTICIPANTE

FORNECEDOR

ANEXO "A" – ARP DE Nº ____/2022

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços – ARP nº ____/2022, celebrada entre a Fundação iNOVA Capixaba e a empresa cujos preços estão a seguir registrados por lote, em face à realização do Pregão de nº ____/2022.

PROPOSTA VENCEDORA DO LOTE 01:

1º) ____ NOME DA EMPRESA ____

| LOTE ____ | | | | | | |
|----------------------|-------------|-----------|---------|-----------|-------|----------------|
| ITEM | CÓDIGO SIGA | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QTD | MARCA | VALOR UNITÁRIO |
| 1 | _____ | _____ | _____ | _____ | _____ | R\$ _____ |
| VALOR GLOBAL DO LOTE | | | | R\$ _____ | | |

CLASSIFICAÇÃO DO LOTE 01:

| FORNECEDOR | VALOR TOTAL |
|-------------------------------|-------------|
| 2º) ____ NOME DA EMPRESA ____ | R\$ _____ |
| 3º) ____ NOME DA EMPRESA ____ | R\$ _____ |

ANEXO “B” – ARP DE Nº ____/2022
MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Ordem de Fornecimento nº ____ / 2022.

Ref. Ata de Registro de Preços - ARP nº ____ /2022.

À Empresa

Endereço

CNPJ

Telefone

Autorizamos V.S.^a a fornecer os materiais adiante discriminados, observadas as especificações e demais condições constantes do Edital e Anexo I do Pregão nº ____/2022, da Ata de Registro de Preços – ARP acima referenciada e sua proposta no Processo nº ____.

I – DO OBJETO

_____ DESCRIÇÃO DO OBJETO _____

Marca/referência: _____

| Quantidade/Unidade | Valor Unitário em R\$ | Valor Total em R\$ |
|--------------------|-----------------------|--------------------|
| | | |

II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão do orçamento da Fundação iNOVA Capixaba - Matriz e filiais para o exercício de 2022.

III - DAS DEMAIS CONDIÇÕES

As condições de recebimento dos produtos, bem como de pagamento, obedecerão ao disposto na ata de registro de preços em epígrafe.

(Local), ____ de _____ de _____.

Fundação iNOVA Capixaba

CONTRATADA